

IMPACTO DA ECONOMIA NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: Um Estudo de Caso do Cenário da Economia Nacional

Izequias Moreira Dias

Graduando em Administração,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Halison Cesar Pimentel

Graduando em Administração,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Maria Luzia Lomba de Sousa

Doutora em Teoria Econômica – UEM;
Docente credenciada do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;
Instrutora credenciada do Serviço de Apoio Micro PeqEmpr de MS–SEBRAE/MS;
Docente credenciada do Instituto Euvaldo Lodi – IEL

Elisângela de Aguiar Alcalde

Mestre em Desenvolvimento Local – UCDB;
Docente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

RESUMO

O empreendedorismo vinha crescendo no Brasil nos últimos anos, sendo de fundamental importância pela sua participação na economia brasileira. Atualmente, são cerca de 9 milhões Micro e Pequenas Empresas no País, o que representa mais da metade dos empregos formais, mas em consequência da crise econômica esse cenário está se modificando. Este artigo tem como objetivo aprimorar os conhecimentos na área econômica, conhecer o perfil das Micro e Pequenas Empresa (MPE) e sua contribuição na macroeconomia brasileira. A metodologia baseia-se em um estudo com dados secundários.

PALAVRAS-CHAVE: economia; micro empresas; pequenas empresas.

1 INTRODUÇÃO

As microempresas e empresas de pequeno porte conhecida por micro e pequenas empresas (MPE) vêm, ao longo dos anos, se firmando como importantes para o crescimento do país, devido seu relevante papel socioeconômico como geradoras de emprego e renda, geradoras de impostos e contribuições.

Esse estudo se justifica pela relevante contribuição das MPEs para o crescimento econômico brasileiro e pela análise dos problemas atuais que estão enfrentando como redução do crédito, inadimplência, redução do consumo das famílias, aumento de impostos e desemprego.

2 OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo ressaltar o cenário econômico brasileiro, descrever os perfis das micro e pequenas empresas, sua participação na economia do país gerando de empregos, e os problemas que as mesmas enfrentam em relação ao cenário atual.

3 MATERIAL E METÓDOS

A pesquisa está baseada em dados secundários disponibilizados nos sítios virtuais dos Governos Federal e Estaduais, IBGE, revistas online e impressas, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), artigos e livros sobre o tema, dentre outros. Trata-se de uma amostra não probabilística por conveniência.

4 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL

Uma microempresa é uma empresa de pequena dimensão. A sua definição varia conforme o país, mas pode-se dizer que, em geral, conta com no máximo dez empregados, sendo que o proprietário da microempresa costuma contribuir para a mesma com o seu próprio trabalho. Seu faturamento anual é reduzido, permitindo que o pagamento de tributos possa ser realizado de forma simplificada.

Segundo o SEBRAE (2014), a definição de MPE ou critério de classificação das MPEs pode ser pelo número de pessoas ocupadas na empresa ou pela receita auferida, no caso de pessoas, 9 pessoas na atividade de comércio e serviço e 19 pessoas na atividade industrial. Já empresa de pequeno porte, a classificação entre 10-49 para comércio e serviço e de 20-99 para atividade industrial (Figura 1).

Na atual legislação, microempresa (ME) é a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada ou o empresário. Normalmente o negócio é classificado decorrente da renda anual bruta da empresa, no caso das MEs, apresenta em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$360.000,00. Já a empresa de pequeno porte (EPP) é aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 é igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (TOM, 2017).

Figura 1. Critério de Classificação do porte das empresas por pessoas ocupadas.

PORTE	ATIVIDADES ECONÔMICAS	
	SERVIÇOS E COMÉRCIO	INDÚSTRIA
MICROEMPRESA	ATÉ 09 PESSOAS OCUPADAS	ATÉ 19 PESSOAS OCUPADAS
PEQUENA EMPRESA	DE 10 A 49 PESSOAS OCUPADAS	DE 20 A 99 PESSOAS OCUPADAS
MÉDIA EMPRESA	DE 50 A 99 PESSOAS OCUPADAS	DE 100 A 499 PESSOAS OCUPADAS
GRANDE EMPRESA	ACIMA DE 100 PESSOAS	ACIMA DE 500 PESSOAS

Fonte: Extraído de SEBRAE, 2014.

No Brasil, as MEs e as EPPs podem optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, conhecido como Simples Nacional. O Simples consiste, basicamente, em permitir que as empresas optantes recolham os tributos e contribuições devidos calculados sobre a receita bruta, mediante a aplicação de alíquota única, em um único documento de arrecadação, chamado DAS-SIMPLES (TOM, 2017).

O atual sistema inclui os seguintes tributos:

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ; Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; Contribuição para o PIS/PASEP; Contribuição Patronal Previdenciária – CPP; Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2018, p. 01).

4.1 Contribuição das MPEs no Cenário Nacional

No Brasil, o número de MPEs tem crescido anualmente, e cada vez mais elas se tornam extremamente importante na geração de novos empregos e contribuição para a economia do país. Segundo o IBGE, em 1985 foi calculado em 21% a participação dos pequenos negócios no Produto Interno Bruto (PIB) (SEBRAE, 2014).

Nos últimos anos, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas - FGV em 2001, o percentual cresceu para 23,2% e, em 2011, atingiu 27%, ou seja, mais de

um quarto do Produto Interior Bruto brasileiro é gerado pelos pequenos negócios (SEBRAE, 2014).

Segundo o presidente do SEBRAE, Luiz Barreto, em entrevista para o Jornal do Brasil no ano de 2013, o crescimento das MPE está diretamente relacionado a criação da Lei Geral da MPE em 2006 e a flexibilidade da legislação aprovada em 2007 com a criação do Simples Nacional (AZEVEDO, 2013) e cita a Lei Geral:

A criação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa em 2006 conseguiu melhorar muito o ambiente legal para os pequenos negócios. Entre os benefícios está a criação do Simples, que reduz em média 40% a carga tributária para pequenos negócios e unifica oito impostos em um único boleto. A Lei Geral também permitiu a criação da figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI), considerado o maior movimento de formalização da economia no mundo (AZEVEDO, 2013, p. 1).

No Brasil, as MPEs já são as principais geradoras de riqueza no comércio (53,4% do PIB deste setor). No PIB da indústria, a participação das MPEs chega ao valor de 22,5%, já se aproxima das médias empresas, que apresenta cerca de 24,5%. E no setor de serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios (AZEVEDO, 2013).

Os dados demonstram a importância de incentivar e qualificar os empreendimentos de menor porte, inclusive os Microempreendedores Individuais - MEI. Isoladamente, uma empresa representa pouco, mas juntas, elas são decisivas para a economia e não se pode pensar no desenvolvimento do Brasil sem a participação delas (AZEVEDO, 2013).

Nos últimos doze anos, as micros e pequenas empresas (MPE), ao lado dos microempreendedores individuais (MEI), representaram importante e indispensável elemento para movimentação da economia brasileira, que deve ao segmento, 52% dos empregos formais e 40% da massa salarial. Com crescimento significativo na última década, o setor influência de forma direta na geração de recursos e já representa 25% do PIB nacional. Só em 2012, foram 891,7 mil empregos criados (AZEVEDO, 2013, p.1).

Portanto, o crescimento do número de microempreendedores individuais - MEI e das micro e pequenas empresas – MPE gerou crescimento em arrecadação de impostos e geração de empregos. Os MEI, que se caracterizam pela receita bruta anual de até R\$60 mil até 2017 e em 2018 passou para R\$ 80 mil de receita bruta anual, passaram de 49 mil em 2009, para 2,9 milhões em 2012 (AZEVEDO, 2013).

Azevedo (2013) destaca que as MPE, em 2009 eram 3 milhões em 2009 e o

número saltou para 4 milhões, bem como o acréscimo de 7 milhões de novos empregos formais ao longo de 11 anos, em 2000 atingiu 8,6 milhões e em 2011 atingiu 15,6 milhões de empregados com carteira assinada. Ainda segundo a autora, representa 52% da massa salarial de todo o país.

A previsão para 2022, segundo o SEBRAE, a partir de dados da Receita Federal, é de que, juntas, as duas categorias de empresas somem 12,9 milhões de empreendimentos, gerando ainda mais empregos (AZEVEDO, 2013).

4.2 Simples Nacional

O Simples Nacional é um sistema de regime tributário elaborado para descomplicar a vida das Micro e Pequenas empresas; ele contempla as empresas com receita bruta anual de até R\$ 3,6 milhões e, agora com a reformulação do sistema em 2018, contemplará empresas com receita Bruta de até R\$ 4,8 milhões (TOM, 2017).

Antes do Simples, as empresa pagavam impostos federais, estaduais e municipais e suas alíquotas também eram menos favoráveis, muitas das vezes eram proporcionais as aplicadas a grandes empresas, desta forma, se tornava um desafio quase impossível manter o seu negócio estável e presente no mercado competitivo.

Esse regime deu fôlego ao Micro e Pequeno empresário de diversos setores, desde o ano de 2007 novos segmentos foram incorporados a lista das empresas autorizadas a aderir ao sistema de simplificação de tributação, de forma que essas empresas tiveram oportunidades e condição de se manter no mercado e aumentar sua capacidade de produtividade, gerando mais empregos e contribuindo de maneira positiva para a economia nacional.

Além dos benefícios tributários, o programa do Simples Nacional oferece facilidades burocráticas, já que o cadastro da empresa e pagamentos podem ser feito pela Internet. Em todo o ano de 2012, a arrecadação tributária do Simples somou mais de R\$ 46 milhões (AZEVEDO, 2013).

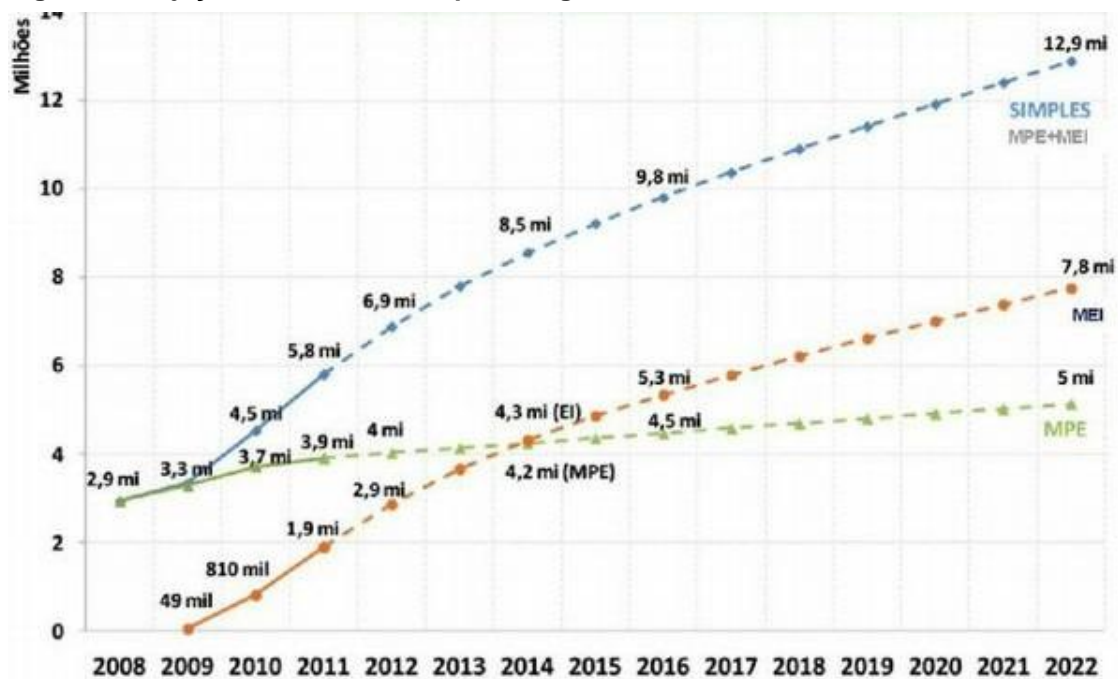
No último semestre de 2007, ano de sua implantação, o Simples arrecadou apenas R\$ 8,38 milhões para os cofres públicos e complementa que o programa de incentivo, até 2012, já englobava mais de 7 milhões de empresas em todo o Brasil. (AZEVEDO, 2013).

O impacto da formalização é real e evidente. Não à toa, 69% dos MEI que

buscam a regularização da empresa o fazem pelos benefícios que o registro formal agrega, como credibilidade, benefícios do INSS, emitir nota fiscal, vender de forma mais facilitada para outras empresas, entre outras. Esses fatores ampliam drasticamente as possibilidades dos MEI (AZEVEDO, 2013, p.1).

Após a entrada no mercado formal, mais da metade deles tiveram seu faturamento aumentado. Segundo o SEBRAE, com todas as vantagens de tributação e burocráticas, fica evidente o aumento da Micro e Pequenas empresa no âmbito nacional, estima-se que até o ano de 2022 é de que, juntas, as duas categorias de empresas somem 12,9 milhões de empreendimentos, gerando ainda mais empregos aos brasileiros, conforme Figura 2 (AZEVEDO, 2013).

Figura 2. Projeção de Crescimento por categorias das MPE até 2022.



Fonte: Extraído de SEBRAE, 2014.

4.3 Impacto das MPEs na nova economia

O crédito é o combustível da economia e sem crédito, investimentos de longo prazo são impossibilitadas, novas tecnologias não são adotadas e as inovações são esquecidas. Boa parte das empresas precisa de capital de giro para manter a produção em dia no curto prazo (TELES, 2015).

O volume de crédito se expandiu partindo de 26% do produto interno bruto (PIB), em dezembro de 2002, foi para 25% do PIB em 2003, foi para 45,2% do PIB, em dezembro de 2010 e atingiu 58,9% em março de 2015 (MORA, 2014; TELES, 2015).

Segundo o SEBRAE (2014), as MPEs são as principais geradoras de riqueza no Brasil, o setor do comércio responde por 53,4% do PIB, o setor de serviços responde por 36,3% e a indústria responde 22,5%, ou seja, mais de um terço da produção nacional têm origem nos pequenos negócios.

Com faturamento médio anual de até R\$ 300 milhões, as MPEs responderam por 29,5% dos recursos liberados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento até fevereiro de 2018, somando R\$ 1,13 bilhão, expansão de 59% (BNDES, 2018).

Segundo o BNDES (2018), nos últimos 12 meses, compreendidos entre fevereiro de 2017 e janeiro de 2018, os desembolsos do BNDES atingiram R\$ 69,9 bilhões, crescimento de 9% para as MPEs, no período foram destinados R\$ 29,6 bilhões.

“Os setores que mais receberam recursos do BNDES foram o comércio e serviços, na ordem de R\$ 1,1 bilhão, o setor de infraestrutura o valor foi de R\$ 26,8 bilhões e o setor de energia elétrica somou R\$ 14,1 bilhões” (BNDES, 2018, p. 01).

Quanto aos empregos gerados pelas MPE, frente a crise econômica brasileira, os cortes nos pequenos negócios foram menores se comparados as grandes negócios. Conforme Valente (2018, p.1):

O desempenho de março das micro e pequenas empresas foi menor do que nos meses anteriores. Em fevereiro foram 59,5 mil novos postos e em janeiro, 89 mil. Na série histórica dos últimos 12 meses, houve um crescimento partindo de um saldo negativo em março de 2017 (31,6 mil demissões) até outubro (60,5 mil demissões). Em seguida, houve um desaceleração forte nos meses de novembro (12 mil contratações) e dezembro (164,5 mil demissões).

Quando a geração de emprego por atividade econômica das pequenas empresas se concentrou em serviços com 34,2 mil, em seguida indústria de transformação com 8,2 mil novos postos, em terceiro lugar a construção civil com 5,9 mil e em quarto lugar o agropecuário com 2,3 mil. No setor de serviços, os segmentos que mais empregou foi o de ensino, com 12,2 mil novas vagas (Valente, 2018).

Pequenos negócios respondem por parte significativa da economia brasileira e se dividem em subgrupos de acordo com sua atividade econômica, seu faturamento anual e o número de empregados contratados. Segundo o SEBRAE (2018), o número de empresas ativas no Brasil, soma 11.601.548, o número de

empregados com carteira assinada totalizam 37.044.563 e o número de empreendedores chegam a 27.409.016.

A Tabela 1 é apresentada a estimativa do número de empresas ativas no Brasil, por seguimento, em 08 Agosto de 2018, segundo o SEBRAE (2018).

Tabela 1: Estimativa das empresas ativas no Brasil por seguimento

Descrição	Comércio	Serviço	Indústria
Estimativa de Empresas ativas no Brasil	5.181.757	4.494.130	1.633.113

Fonte: Extraído de SEBRAE, 2018).

Os pequenos negócios no Brasil somam 17,5 milhões e os estados que mais concentram os empreendimentos estão em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro no ano de 2017. Correspondiam a 42,2% do setor de comércio e 36,6% do setor de serviços no ano de 2016 e 44,8% dos empregos formais no Brasil no ano de 2013 (SEBRAE, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As MPEs são as que mais pagam tributos, mais geram empregos diretos e mais receberam recursos do BNDES para o seu desenvolvimento sustentável.

Os setores que mais se destacaram em termos de captação de recursos e geração de novos postos de trabalho foram o comércio /serviço e a indústria. A construção civil, que sempre se destacou na geração de novos postos de trabalho, ficou em terceiro lugar no *ranking*, seguido pelo agronegócio.

Portanto, a MPE é considerada o motor da economia brasileira pela sua agilidade em mudança quanto ao cenário econômico nacional.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, G. Micros e pequenas têm impacto significativo na economia. *Jornal do Brasil*, 2013. Disponível em: <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2013/09/07/micros-e-pequenas-tem-impacto-significativo-na-economia/>. Acesso em: 08 ago. 2018.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. Micro, Pequenas e Médias Empresas têm mais da metade do desembolso do BNDES em janeiro. 2018.

Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/micro-pequenas-e-medias-empresas-tem-mais-da-metade-do-desembolso-do-bndes-em-janeiro>. Acesso em: 28 set. 2018.

MORA, M. TD 2022: evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2014. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24295>. Acesso em 08 ago., 2018.

PORTAL TRIBUTÁRIO. O que é Simples Nacional? 2018. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/guia/simples.html>>. Acesso em: 28 set. 2018.

TELES, V. K. A nova economia brasileira. Valor Econômico on-line, 2015. Disponível em: <<https://www.valor.com.br>> Acesso em: 18 maio., 2018.

TOM, Carin. O que é Simples Nacional (2017). Disponível em:

<https://blog.contaazul.com/o-que-e-simples-nacional/>>. Acesso em: 08 ago., 2018.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira. Brasília: Grupo Informe Comunicação Integrada, 2014.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS. Perfil dos pequenos negócios. 2018. Disponível em: <<http://datasebrae.com.br/perfil-dos-pequenos-negocios/>> Acesso em: 08 ago., 2018.

VALENTE, J. Micro empresas são responsáveis por 84% dos empregos gerados em março. Agência Brasil, 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-04/micro-empresas-sao-responsaveis-por-84-dos-empregos-gerados-em-marco>>. Acesso em: 08 ago., 2018.